

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Andre Vito Benites Silva

Cartografias e Governança do Desaparecimento de Migrantes na  
América Central e México

Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas  
Internacionais

São Paulo

2024

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Andre Vito Benites Silva

Cartografias e Governança do Desaparecimento de Migrantes na  
América Central e México

Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas  
Internacionais

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais sob a orientação do Profa. Dra. Claudia Alvarenga Marconi.

São Paulo

2024

**Resumo:**

Este artigo analisa o desaparecimento de migrantes na América Central e México por meio de uma abordagem crítica da cartografia, focando nas representações visuais produzidas pela Organização Internacional para as Migrações, o Servicio Jesuita a Migrantes e o Equipo Argentino de Antropología Forense. O estudo examina como essas instituições utilizam mapas para documentar e moldar narrativas sobre o desaparecimento e como isso afeta a governança do tema. A fundamentação teórica se baseia nas reflexões de Jenny Edkins sobre o desaparecimento como processo político que apaga a identidade das vítimas e na crítica à desumanização dos migrantes por representações quantitativas. A análise mostra que, embora forneçam visibilidade, as cartografias reforçam estruturas de controle migratório, enquanto movimentos sociais e familiares criam suas próprias representações para resistir à invisibilização. Conclui-se que, além das soluções técnicas, é necessária uma governança mais humanizada e colaborativa para lidar com a complexidade dos desaparecimentos de migrantes.

**Palavras-chave:** desaparecimento de migrantes, cartografia crítica, governança migratória, América Central, México.

**Abstract:**

This paper analyzes the disappearance of migrants in Central America and Mexico through a critical approach to cartography, focusing on the visual representations produced by the International Organization for Migration, the Jesuit Migrant Service, and the Argentine Forensic Anthropology Team. The study examines how these institutions use maps to document and shape narratives about disappearances and how this affects the governance of the issue. The theoretical foundation is based on Jenny Edkins' reflections on disappearance as a political process that erases the identity of victims and on the critique of the dehumanization of migrants through quantitative representations. The analysis shows that, although they provide visibility, cartographies reinforce structures of migration control, while social and family movements create their own representations to resist invisibility. It is concluded that, in addition to technical solutions, more humanized and collaborative governance is needed to deal with the complexity of migrant disappearances.

**Keywords:** migrant disappearances, critical cartography, migration governance, Central America, Mexico.

## **Sumário**

Lista de Abreviações e Siglas .....	5
Lista de Figuras .....	6
1. Introdução ao desaparecimento de migrantes .....	7
2. Cartografia e Mapas da Migração nas Américas.....	11
3. Resistência no Contexto Migratório Centro-Americano .....	14
4. Cartografia forense e cooperação internacional em torno do desaparecimento .....	19
5. Governança dos Migrantes Desaparecidos .....	23
6. Considerações finais .....	26

## **Lista de Abreviações e Siglas**

BDF – Banco de Dados Forense

CFM – Comissão Forense do México

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CMMD – Caravana de Madres de Migrantes Desaparecidos

COFAMIDE – Comité de Familiares de Migrantes Desaparecidos de El Salvador

COFAMIPRO – Comité de Familiares de Migrantes Desaparecidos de Honduras

CIPRODEH – Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos (Honduras)

DIH – Direito Internacional Humanitário

EAAF – Equipo Argentino de Antropología Forense

FJEDD – Fundación para la Justicia y el Estado Democrático de Derecho

FONAMIH – Foro Nacional para las Migraciones en Honduras

GTDFI – Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários

ICMP – International Commission on Missing Persons

MENAMIG – Mesa Nacional para las Migraciones en Guatemala

MMM – Movimento Migrante Mesoamericano

MMP – Missing Migrants Project (OIM)

OHCHR – Escritório do Alto Comissariado em Direitos Humanos da ONU

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

PBMD – Proyecto de Búsqueda de Migrantes Desaparecidos do SJM-México

PDDH – Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos (El Salvador)

PDH – Procuradoria de Direitos Humanos (Guatemala)

PGM – Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular

PMH – Pastoral de Movilidad Humana

RPGO – Relatório de Progresso Global da OIM

SJM-México – Servicio Jesuita a Migrantes do México

SJDH – Secretaría de Justicia y Derechos Humanos (Honduras)

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Recorte ilustrativo do mapa para América Central e América do Norte (OIM). p. 13

Figura 2 – Lugares de onde foram solicitadas buscas ao PBMD, para serem conduzidas no México. p. 17

Figura 3 – Destino dos migrantes desaparecidos, registrados no PBMD. p. 17

Figura 4 – Locais de desaparecimento dos migrantes. p. 18

Figura 4 – Mapa do EAAF de identificações por Bancos de dados forenses e outros mecanismos. p. 22

## 1. Introdução ao desaparecimento de migrantes

O desaparecimento de migrantes é um fenômeno global e persistente, afetando especialmente rotas migratórias que conectam regiões com altos índices de pobreza e conflito a países mais desenvolvidos. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), entre 2014 e 2023, mais de 60 mil migrantes desapareceram ao longo dessas rotas em todo o mundo, sendo 4 mil apenas nas Américas. Rotas que frequentemente estão marcadas por perigos da geografia hostil, falta de regulamentação e controle das fronteiras (OIM, 2024). Esse cenário expõe os migrantes a riscos elevados de violência, exploração e morte, tornando o desaparecimento um evento comum e muitas vezes invisível nas discussões globais.

Essa realidade é particularmente crítica nas rotas que atravessam a América Central e o México, percurso mais mortal de 2023 segundo a OIM, onde milhares de migrantes desaparecem ao tentar chegar aos Estados Unidos. Essas rotas são marcadas por sequestros, extorsões, tráfico humano e condições ambientais extremas. A militarização das fronteiras e a ausência de uma política coordenada para proteger esses migrantes intensificam o problema. Martínez Castillo (2022) aponta que o desaparecimento de migrantes na região não é apenas consequência de fatores geográficos, mas também de dinâmicas políticas e de controle territorial, muitas vezes facilitadas por redes criminosas com conivência de autoridades locais. Isso reflete uma falha nas estruturas de governança, que não conseguem lidar com a magnitude do problema ou garantir a segurança dos migrantes.

Os conceitos de desaparecimento e migração estão intimamente interligados no cenário internacional, principalmente quando inseridos em um sistema que ainda não alcançou um entendimento único e coeso sobre esses fenômenos. Segundo Gatti (2019), a transnacionalização do desaparecimento, ocorrida ao fim das ditaduras no Cone Sul que distanciou a norma internacional da categoria original de “detido-desaparecido”, demonstra como um conceito pode se expandir e, atualmente, pode incluir até o controle migratório e as crises humanitárias como parte das consequências do desaparecimento, criando novas formas de invisibilização dos migrantes. Nesse sentido, o desaparecimento é entendido como social, caracterizado pela exclusão das vítimas da esfera pública, se sobrepondo ao desaparecimento forçado, ambos produzindo uma invisibilidade tanto física quanto política.

São diversos os tipos e circunstâncias de desaparecimento. Salazar Araya (2021) destaca o desaparecimento de migrantes centro-americanos como um fenômeno profundamente enraizado nas dinâmicas de poder entre Estados, crime organizado e os próprios migrantes. O desaparecimento de migrantes na América Central, longe de ser apenas uma consequência do

deslocamento, reflete disputas de controle sobre territórios e fluxos de circulação, muitas vezes alimentadas pelo capitalismo global e pelas fronteiras militarizadas. Essas dinâmicas de desaparecimento, especialmente nas rotas que ligam a América Central ao México, estão fortemente associadas ao controle territorial exercido por grupos criminosos em conivência com autoridades locais, caracterizado pela transnacionalização de um tipo específico de desaparecimento que é relacionado à exploração de migrantes por meio de sequestros e tráfico humano, que muitas vezes resultam em desaparecimentos forçados com fins de exploração econômica (MARTÍNEZ CASTILLO, 2022, p. 148). Dessa forma, desaparecimento e migração caminham juntos como fenômenos interligados e sistematicamente marginalizados, enquanto os Estados falham em fornecer soluções concretas para essas crises, criando um cenário de negligência institucional que perpetua a invisibilidade dos migrantes (SALAZAR ARAYA, 2021; DÍAZ LIZE; FISCHER, 2022).

Ao abordar o desaparecimento de migrantes, este trabalho propõe analisar como diferentes atores — como a OIM, o Servicio Jesuita a Migrantes (SJM-México) e o Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF) — utilizam as cartografias para documentar e moldar narrativas sobre esse fenômeno. Institucionalidades escolhidas por terem um histórico de impacto no trabalho com o tema e reconhecidas por construírem respostas eficazes no registro das denúncias, busca, identificação de corpos e reunião dos desaparecidos com seus familiares, estando também localizada na região do mundo onde mais existem estruturas de cooperação para tratar do assunto.

O mais recente relatório global de progresso da Organização Internacional para as Migrações (OIM) aponta que em 2023 a maioria dos países signatários do Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares não possui sistemas para rastrear e identificar migrantes desaparecidos em seus territórios nacionais. Esses sistemas, que podem incluir acordos formais de cooperação com outros países e estão presentes em apenas alguns países das Américas (31%) e da Europa (25%) (MIGRATION DATA PORTAL, 2024).

Os mapas criados pelos atores estudados não esgotam o debate, mas oferecem exemplos muito particulares da região que tratam de representar e percorrem partes importantes do itinerário dos migrantes desaparecidos e seus familiares, ora representando graficamente um, ora outro. Paralelamente, este estudo investiga como famílias e movimentos sociais, em resposta à negligência institucional, traçam suas próprias representações e lutam por justiça e reparação.

“Las familias de migrantes desaparecidos no solo buscan a sus seres queridos, sino que luchan contra la invisibilidad impuesta por las instituciones. Al crear sus propias cartografías,

las familias trazan nuevas narrativas que desafían las respuestas oficiales y exigen justicia." (DISTRETTI, 2020, p. 126).

A fundamentação teórica deste trabalho está ancorada nas reflexões de Jenny Edkins sobre o desaparecimento de pessoas e a invisibilização de corpos, conceitos centrais para entender as dinâmicas de poder que moldam a governança dos migrantes desaparecidos. Para Edkins (2016), o desaparecimento não é simplesmente a ausência física de um indivíduo, mas um processo profundamente político, em que os desaparecidos são sistematicamente removidos da esfera pública. Esse processo de despolitização apaga suas histórias e dismantela suas identidades públicas, tornando-os invisíveis tanto social quanto politicamente. Edkins argumenta que o Estado e suas instituições frequentemente tratam o desaparecimento como um fenômeno técnico, transformando pessoas em números e dados, desumanizando-os no processo.

"When someone is missing, it is not the abstract, separate, documented individual of state bureaucracy that is sought by family members and friends, but the singular, irreplaceable person, embedded in relations" (EDKINS, 2016, p. 359).

Simon Robins (2019), investigando a governança dos migrantes desaparecidos no mediterrâneo lembra que a governança sobre os mortos é tão política quanto a governança sobre vivos.

"The way in which states choose to govern both their borders and the dead within them is a reflection of how they construct narratives of sovereignty and control, often leaving the missing invisible in both death and governance." (ROBINS, 2019, p. 37).

Portanto, centrar metodologicamente este estudo em uma abordagem crítica de análise cartográfica, explorando como as representações visuais dos desaparecimentos revelam ou ocultam narrativas, torna possível melhor entendimento das dinâmicas de governança do desaparecimento na região da América Central e México.

A análise crítica da cartografia questiona a ideia de que os mapas são meras representações neutras e objetivas do espaço geográfico. Ao contrário, eles são construções políticas que participam ativamente da criação de narrativas e na legitimação de determinadas práticas de poder. Como argumentam Basualdo et al. (2019, p. 54), "os mapas, longe de serem instrumentos neutros, participam da conformação de visões de mundo, legitimando certas hierarquias espaciais e invisibilizando outras". Isso significa que, ao delimitar fronteiras e representar rotas migratórias, os mapas não apenas descrevem o espaço, mas moldam as percepções sobre o fluxo de pessoas e a mobilidade, muitas vezes reforçando narrativas de controle e exclusão.

Gomis (2022) complementa essa visão ao destacar como as cartografias de migração são frequentemente utilizadas para sustentar políticas de controle migratório, alimentando uma

retórica de "invasão". Ela observa que "representações visuais tendem a apresentar fluxos migratórios como ameaças, com o uso de setas largas e cores quentes, criando uma impressão de perigo iminente" (GOMIS, 2022, p. 53). Essa construção visual reforça o discurso de crise, que justifica a militarização das fronteiras e o endurecimento das políticas de migração, enquanto desumaniza os migrantes, reduzidos a simples estatísticas ou "ondas" de deslocamento.

Sergio Prieto Díaz (2023) utiliza o conceito de cartografias da subalternidade para destacar como as fronteiras e as políticas migratórias contemporâneas criam mapas que reforçam a marginalização e exclusão dos migrantes. Nesse sentido, as cartografias produzidas nesses contextos deixam de lado as vozes e as vivências dos migrantes, representando-os como objetos passivos no cenário global e submetendo-os a relações de poder desiguais. A subalternidade, portanto, refere-se à posição de subordinação e invisibilidade imposta a esses grupos dentro dessas cartografias.

Basualdo et al. (2019) sugerem que as cartografias têm o potencial de revelar as dinâmicas ocultas de poder que permeiam as representações tradicionais, contestando as leituras hegemônicas e propondo novas formas de visualizar e compreender os movimentos humanos. Através dessa abordagem, os mapas não são apenas ferramentas descritivas, mas sim instrumentos que participam ativamente da construção de uma lógica de exclusão e controle, moldando políticas e percepções sobre fronteiras e migração.

Para compreender melhor essas dinâmicas, este estudo está estruturado em seis partes, cada uma dedicada a analisar aspectos específicos da cartografia e da governança emergente sobre migrantes desaparecidos na América Central e México. A primeira parte discute o mapeamento do desaparecimento de migrantes feito pela OIM, com uma análise das implicações políticas e humanitárias associadas à transformação dos desaparecimentos em dados estatísticos. Na segunda parte, são abordadas as cartografias produzidas pelo SJM-México que enfatizam as trajetórias individuais e o papel das famílias, proporcionando uma perspectiva mais humanizada sobre o fenômeno. A terceira parte trata da cartografia forense do EAAF, destacando a importância do trabalho de identificação dos corpos e das colaborações internacionais nesse processo. A quarta parte explora o conceito de governança emergente e como a mobilização de diferentes atores, como Estados, ONGs e familiares, molda as respostas ao desaparecimento de migrantes. Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais, que refletem sobre os achados do estudo e sugerem caminhos para o aprofundamento das pesquisas sobre a governança e a cartografia do desaparecimento de migrantes.

Dessa forma, este trabalho busca revelar as representações cartográficas como moldes de narrativas sobre o desaparecimento de migrantes e como essas narrativas influenciam na definição de tipos específicos de desaparecimento inserido em uma governança emergente sobre o fenômeno. A seguir, exploraremos como diferentes instituições utilizam mapas para documentar o desaparecimento de migrantes e moldar as narrativas em torno das desapareições.

## **2. Cartografia e Mapas da Migração nas Américas**

Tradicionalmente, a cartografia é vista como uma ciência objetiva voltada para a precisão e a representação espacial. Contudo, abordagens contemporâneas evidenciam seu papel como uma construção social e cultural, capaz de tanto revelar quanto ocultar informações. Mapas não apenas representam o espaço geográfico, mas também reforçam estruturas de poder e relações de dominação, influenciando as relações sociais e percepções sobre a mobilidade humana ao definir fronteiras e rotas, legitimando autoridades e consolidando o controle sobre fluxos migratórios (BASUALDO et al. 2019). Tornando as práticas de mapeamento cruciais para as políticas de controle da mobilidade, ao estabelecer limites territoriais e impor significados sobre os espaços e seus fluxos. Mapas não apenas representam desaparecimentos, mas também moldam formas específicas de visualizar migrações, refletindo as estruturas de poder do Estado (HOUTUM; BUENO LACY, 2019; Basualdo et al. 2019).

Migrantes indocumentados e desaparecidos desafiam a visão rígida e estática da cartografia com limites políticos definidos, sendo frequentemente associados à "desordem" nas narrativas contemporâneas de controle de movimento (HOUTUM, 2012; CAMPOS-DELGADO, 2018). Assim, os mapas funcionam como práticas de fronteirização e organização espacial, reforçando a ideia de "ordenamento de migrações seguras e regulares," enquanto narrativas sobre desaparecimento e mobilidade humana sustentam uma visão de anomalia territorial e temporalidade estática, capturando as migrações como movimentos lineares de sul para norte, sob uma perspectiva de controle migratório (BASUALDO et al. 2019).

O Projeto Migrantes Desaparecidos (MMP), *Missing Migrants Project* em inglês, da OIM, disponibiliza em seu website um mapa interativo global, segmentado por áreas geográficas, onde é possível consultar os registros e visualizar os desaparecimentos georreferenciados. O próprio projeto informa que existem alguns desafios no processo de coleta de informações para a consolidação cartográfica. As mortes frequentemente ocorrem em áreas remotas, e os corpos nem sempre são encontrados ou reportados. No mar, a ausência de listas de passageiros dificulta a contagem precisa dos desaparecidos. Relatos oficiais sobre mortes de

não-nacionais em trânsito são escassos por parte das autoridades que preferem não se responsabilizar por outra nacionalidade ou eventos do outro lado da fronteira. Por isso, os dados nos mapas do MMP tendem a super-representar regiões com melhor cobertura midiática, como a Europa e o Mediterrâneo, sendo a mídia a principal fonte de informação, enquanto as regiões com alta migração irregular são sub-representadas causando a alta discrepância entre os números de desaparecimentos entre Mediterrâneo e nas Américas, visível esteticamente nos mapas.

O mapeamento da migração, com foco no aspecto visual e na mensagem comunicada pelos mapas, independente da temporalidade do evento registrado, georreferencia o indivíduo em tempo real, traçando uma retórica de objetificação da pessoa e fomentando uma cultura visual que alimenta e influencia o discurso público (GOMIS, 2022). Considerando o papel fundamental da OIM na conformação da narrativa que orienta a implementação do Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, destaca-se a capacidade do MMP de transformar eventos de morte em registros de desaparecimento tratando de um desaparecimento específico, aquele que acontece seguido de morte nas fronteiras.

Nesse contexto, os mapas do MMP apresentam uma uniformidade global, com padrões semelhantes em todas as regiões. Utilizam uma simbologia proporcional, indicando áreas com frequências absolutas ou cumulativas de desaparecimentos e não incluem os limites de fronteira político-administrativos comuns. Em vez disso, apresentam os aspectos geográficos de relevo e vegetação, semelhantes às vistas de satélite, com as áreas de desaparecimento destacadas em amarelo para maior visibilidade.

O mapa da Figura 1 apresenta uma abordagem diferenciada em relação a outros mapas sobre migração, que geralmente traçam rotas e apontam direções (GOMIS, 2022). Enquanto muitos mapas tendem a representar a migração como um fenômeno dinâmico, os mapas do MMP transmitem uma sensação de imobilidade, destacando o desaparecimento como pontos estáticos. Essa representação estática cria um alerta visual, chamando a atenção pelo contraste de cores utilizado para destacar as áreas de desaparecimento.

**Figura 1: Recorte ilustrativo do mapa para América Central e América do Norte**



**Fonte:** Website IOM Missing Migrants Project. Acessado em 06 de maio de 2024.

A ausência de fronteiras político-administrativas nos mapas sugere que a responsabilidade pelas mortes é ambígua e, talvez, numa perspectiva mais humanitária poderia até ser considerada coletiva. Sobretudo, indica que as mortes são causadas principalmente por obstáculos naturais da geografia, como desertos e o mar, criando a impressão de que as fronteiras físicas são mais relevantes para o fenômeno. Além disso, é importante notar que, apesar do foco nas regiões de fronteira, há mortes que ocorrem mais ao interior dos países e não são facilmente identificáveis nos mapas.

A partir de 2020, o MMP intensificou seu monitoramento, análise e documentação de dados e incidentes envolvendo migrantes falecidos e desaparecidos nas Américas. Para isso, foi criado um Hub Regional de Dados para América do Norte, Central e Caribe, localizado na Costa Rica. Em parceria com organizações da sociedade civil, instituições governamentais, jornalistas, outras agências da ONU, ativistas, artistas e pesquisadores, o MMP também promoveu a criação da “*Red de las Américas sobre Migrantes Desaparecidos*”. Essa rede reúne mais de 60 organizações e indivíduos com o objetivo de fortalecer as capacidades nacionais e regionais para a coleta de dados sobre migrantes falecidos e desaparecidos<sup>1</sup>. Esse esforço se apoia no trabalho já realizado pela sociedade civil na região de documentação de casos e registro estruturado das histórias contadas pelos familiares em busca daqueles que se ausentaram.

Os mapas do MMP, ao focarem nas circunstâncias das geografias hostis das fronteiras, muitas vezes obscurecem a singularidade dos diferentes tipos de desaparecimento. Essa abordagem pode, inadvertidamente, perpetuar a ideia de que a migração através de rotas perigosas é uma escolha, minimizando os perigos reais enfrentados pelos migrantes.

<sup>1</sup> Informações fornecidas pelo próprio escritório regional da OIM na Costa Rica em 03 de julho de 2024, após solicitação do autor sobre detalhes de composição e funcionamento da “*Red de las Américas sobre Migrantes Desaparecidos*”.

Enquanto isso, nos países de origem e trânsito, organizações da sociedade civil e os familiares de migrantes desaparecidos oferecem formas de resistência ao desaparecimento, se organizando em associações e coletivos, exigindo respostas e justiça para seus entes queridos desaparecidos. Por meio dessas ações, eles conformam uma outra cartografia, uma que coloca em evidência os desaparecimentos, independentemente das circunstâncias. Esse mapeamento desafia outras narrativas e preservam a memória de desaparecidos independente das circunstâncias que levaram à sua ausência.

### **3. Resistência no Contexto Migratório Centro-Americano**

A migração em direção aos Estados Unidos sempre foi uma preocupação central para os governos estadunidenses, especialmente desde a consolidação das fronteiras ao sul. No entanto, ao longo das décadas de 1980 e 1990, as condições socioeconômicas e políticas nos países do Triângulo Norte da América Central — Honduras, Guatemala e El Salvador — precipitaram um êxodo massivo conhecido como o "êxodo centro-americano". Esse fenômeno, alimentado pela violência e pela insegurança estrutural, continua até os dias de hoje, refletindo a instabilidade persistente na região (HUERTA, 2019). Os migrantes centro-americanos, impulsionados pela busca de segurança e melhores condições de vida, enfrentam fronteiras rígidas, políticas migratórias restritivas e uma geopolítica que muitas vezes criminaliza sua mobilidade.

Nas representações midiáticas, essas movimentações migratórias são frequentemente desumanizadas, descritas como "ondas" ou "fluxos incontroláveis", negligenciando as complexidades de suas jornadas e os fatores estruturais que condicionam a mobilidade. Essa narrativa, que simplifica o fenômeno migratório, acaba reforçando estereótipos de caos e crise, sem considerar o impacto das infraestruturas geopolíticas e sociais que moldam o movimento dessas populações. Pallister-Wilkins (2022) descreve essas "geoinfraestruturas" como sistemas compostos de elementos físicos, sociais e políticos — como estradas, fronteiras, políticas de imigração e sistemas de transporte — que regulam a mobilidade e, ao mesmo tempo, tornam as jornadas dos migrantes extremamente perigosas e, em muitos casos, fatais.

Castillo (2022) destaca em seus estudos que o desaparecimento de migrantes nas rotas que atravessam a América Central e o México não pode ser entendido apenas como um fenômeno ligado às condições geográficas ou à violência das fronteiras. Argumenta que o desaparecimento também está profundamente enraizado nas dinâmicas de controle territorial exercidas por grupos criminosos e cartéis, os quais exploram a vulnerabilidade dos migrantes.

Esses grupos, que frequentemente operam em convivência com autoridades locais, transformam os migrantes em alvos de exploração econômica e violência, resultando em situações de desaparecimento forçado. Segundo Castillo, essa dinâmica se manifesta em uma forma de "desaparecimento com fins de exploração", em que os migrantes não apenas perdem suas vidas ou são abandonados em territórios inóspitos, mas também são sequestrados para trabalho forçado ou tráfico humano.

Enquanto Araya (2021), em seus estudos sobre as migrações centro-americanas, destaca que os desaparecimentos não podem ser vistos como simples consequências do deslocamento, mas como um reflexo de uma disputa de poder que ocorre entre o Estado, o crime organizado, e os próprios migrantes. Essa disputa, segundo Araya, não visa apenas o controle de territórios físicos, mas também das formas de circulação, essenciais para o modelo capitalista global.

Neste contexto, as caravanas migratórias que emergem a partir de 2011, especialmente a Caravana de Madres de Migrantes Desaparecidos, representam uma resposta coletiva à essa violência estrutural e ao controle migratório. Dos últimos 16 trajetos realizados por essas caravanas, já foram localizadas 370 pessoas em território mexicano. (LA LISTA, 06 maio 2022), se consolidando como um movimento de resistência, no qual as mães de migrantes desaparecidos, apoiadas por organizações como a Pastoral de Movilidad Humana (PMH) e o Movimiento Migrante Mesoamericano (MMM), transformam suas jornadas de busca em processos políticos, que desafiam as fronteiras físicas e simbólicas impostas pelos estados (CASTILLO, 2022). Assim, não são apenas uma estratégia de sobrevivência, mas constituem também um movimento de visibilização das demandas dos migrantes e de suas famílias. As mães que integram as caravanas, ao traçarem os percursos percorridos por seus filhos desaparecidos, criam uma cartografia simbólica que desafia a invisibilidade e denuncia a negligência em investigar adequadamente os desaparecimentos (ARAYA, 2021; HUERTA MCLEAN, 2019).

Ao caminhar pelos mesmos trajetos de seus entes desaparecidos no México, as mães não apenas resistem à violência estatal, mas também desafiam as narrativas de "meta-desaparecimento" discutidas por Araya (2021). O "meta-desaparecimento" é descrito como a sobreposição da invisibilidade física e institucional dos migrantes desaparecidos: enquanto seus corpos permanecem ausentes, seus casos são negligenciados e ignorados pelos Estados, que frequentemente falham em assumir responsabilidades ou prestar assistência às famílias. Assim,

essas caravanas transformam o luto em um ato de resistência política, traçando um mapa simbólico de dor, perda e memória coletiva.

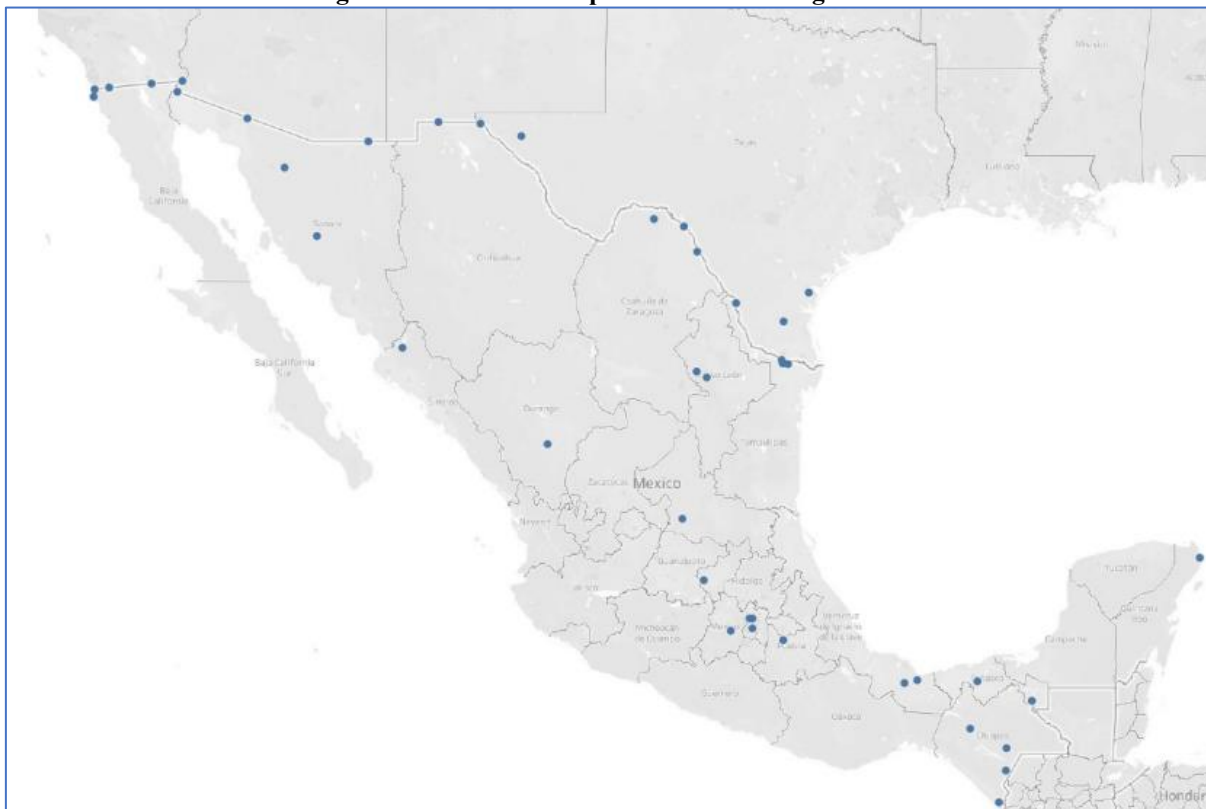
A ação dessas caravanas e outras formas de mobilização familiar traz à tona uma questão central: o mapeamento do desaparecimento. Enquanto as instituições oficiais, como a OIM, frequentemente oferecem uma visão mais estática e geográfica dos desaparecimentos, os movimentos familiares criam suas próprias cartografias em mapas que capturam a mobilidade, a resistência e a persistência dos familiares em busca de respostas (CASTILLO, 2022). Desafiam a visão oficial que muitas vezes trata o desaparecimento como um evento isolado e inevitável. Ao mapear os trajetos percorridos pelos migrantes, essas mães tornam-se as protagonistas de uma luta transnacional que evidencia as falhas do Estado em garantir a segurança dessas populações vulneráveis. Assim, Castillo (2022) sugere que essas ações criam uma "cartografia de resistência", onde cada passo reflete a luta por justiça e visibilidade.

No entanto, o papel dos mapas na construção dessa resistência vai além das representações visuais de rotas e fronteiras. No caso do SJM-México, por exemplo, os mapas do Proyecto de Búsqueda de Migrantes Desaparecidos (PBMD), com base nas atividades do projeto entre 2007 e 2021, têm como objetivo documentar e acompanhar os casos de migrantes desaparecidos no território mexicano. A partir da experiência dos familiares e da colaboração com organizações locais, o SJM-México desenvolve uma cartografia dinâmica que inclui três categorias principais de mapeamento: os locais de desaparecimento, as origens dos familiares que solicitaram buscas e o destino sonhado pelos migrantes que desapareceram.

Quando combinados os diferentes mapas (Figura 2, Figura 3 e Figura 4) presentes no *Informe sobre desaparición de personas migrantes en México* (2022), oferecem uma representação mais humanizada e detalhada do desaparecimento de migrantes. Ao contrário dos mapas estáticos da OIM, que tendem a focar nos desafios geográficos, os mapas do SJM destacam a trajetória do migrante desaparecido, incluindo não apenas o ponto onde ele desapareceu, mas também as histórias e memórias associadas à sua jornada e à busca incansável de seus familiares.



**Figura 4: Locais de desaparecimento dos migrantes.**



**Fonte:** mapa extraído do relatório do SJM-México. Acesso em 06 de maio de 2024.

De acordo com o relatório, entre 2007 e 2021, o PBMD atendeu 1.280 casos de migrantes desaparecidos. Em termos de distribuição anual, os anos com maior número de casos atendidos foram 2018, 2019 e 2021, representando 15%, 11% e 27% do total, respectivamente. O ano de 2021 apresentou o maior aumento, com um crescimento de 292% em relação ao ano anterior, refletindo um aumento significativo de desaparecimentos reportados

O SJM-México adota uma estética uniforme em seus mapas, destacando a influência das fronteiras político-administrativas e as conexões entre os locais de desaparecimento e as comunidades de origem dos migrantes. A inclusão das demandas e histórias dos familiares dá um caráter único a essas cartografias, conferindo-lhes um valor ético. Ao georreferenciar as denúncias de desaparecimento e as esperanças interrompidas de chegada, esses mapas não apenas documentam a ausência, mas também constroem uma narrativa humanitária que revela a profundidade da crise migratória na América Central e no México (ARAYA, 2021; CASTILLO, 2022).

Esta abordagem fornece uma perspectiva humanizada e pessoal sobre os casos de desaparecimento que são representados por pontos azuis nos mapas e, mesmo com muitos georreferenciados em localidades próximas, ainda é possível reconhecer a individualidade de cada caso. Desenvolvendo uma narrativa complexa e multifacetada, em que o desaparecimento

não é o fim, mas parte de uma trajetória que se entrelaça com a memória das famílias pela pessoa ausente.

É através das denúncias de familiares que buscam seus entes queridos e o registro detalhado das suas histórias e das pessoas desaparecidas que são construídos os mapas do SJM-México. Ao traçar as rotas dos migrantes desaparecidos, são reconhecidas as fronteiras políticas e administrativas que moldam a mobilidade, mas também expõem como essas fronteiras são transpassadas pelos fluxos migratórios. As trajetórias desenhadas nos mapas reconhecem que os familiares são atores-chave na busca e na denúncia dos desaparecimentos, desempenhando um papel crucial na conformação dessas cartografias, criando uma narrativa humanitária que desafia as estruturas de poder e a violência institucional (ARAYA, 2021; HUERTA MCLEAN, 2019).

A análise dos mapas do SJM-México, portanto, revela uma prática de "cartografia humanizada", que busca não apenas documentar o desaparecimento, mas dar voz às vítimas e às suas famílias, contrapondo-se às representações estáticas que desumanizam as pessoas desaparecidas. Mobilizações como a das caravanas e ações de outras organizações tratam de colocar o desaparecimento de migrantes na formação da ordem social regional (ARAYA, S. 2022). Ou seja, essas cartografias são uma ferramenta de resistência contra as narrativas oficiais que invisibilizam o fenômeno do desaparecimento. Ao criar mapas que integram a mobilidade e a experiência dos migrantes e suas famílias, se constrói uma nova forma de governança, na qual o desaparecimento não é apenas um dado a ser contabilizado, mas um ato de violência a ser combatido com a força da memória e da justiça, de potência transformadora, lembrando os movimentos sociais históricos no Cone Sul que, demandaram justiça pelos seus familiares "detidos-desaparecidos" nos governos ditatoriais das décadas finais do século XX.

#### **4. Cartografia forense e cooperação internacional em torno do desaparecimento**

De forma a complementar o exercício da denúncia como instrumento de resistência e visibilização, a cartografia forense desenvolvida pelo EAAF traz uma abordagem técnica e colaborativa na busca por migrantes desaparecidos. Diferentemente de abordagens, como as do SJM-México, que se concentram nas trajetórias pessoais das famílias, o EAAF territorializa os desaparecimentos a partir de uma análise forense detalhada, utilizando dados genéticos e informações sobre os corpos não identificados nas rotas migratórias. Mapas forenses, que além

de documentar os locais de desaparecimento e morte, também incorporam o direito de identidade e conformam uma narrativa que busca transformar essas ausências em fatos verificáveis e promover a justiça.

A descoberta de valas coletivas com centenas de corpos em Tamaulipas, no México, entre 2010 e 2012, foi um ponto de virada que levou à criação de mecanismos de cooperação internacional na região, focados na identificação de migrantes desaparecidos e falecidos. A falta de um sistema coordenado e eficiente de identificação forense evidenciou as limitações das autoridades mexicanas, que enfrentaram críticas severas de organizações de direitos humanos e comitês de familiares de desaparecidos. Como resposta a essa crise, foi criada uma Comissão Forense no México em 2013, que envolveu a participação do EAAF. Essa comissão se concentrou na identificação dos restos mortais encontrados em Tamaulipas e Nuevo León, contando com a colaboração de especialistas independentes, representantes de governos centro-americanos e organizações civis (CITRONI, 2017).

Além da Comissão Forense, um dos mecanismos mais importantes foi o desenvolvimento de bancos de dados forenses regionais, uma iniciativa criada pelo EAAF: Proyecto Frontera. Esses bancos coletam amostras de DNA de migrantes desaparecidos e de seus familiares em países como El Salvador, Guatemala, Honduras e México, criando uma base de dados transnacional com participação direta das associações de familiares<sup>2</sup>. O objetivo desses bancos foi facilitar a identificação de restos mortais encontrados nas rotas migratórias através de comparações genéticas, uma inovação destacada do EAAF, baseada na expertise única adquirida com projetos anteriores de identificação de restos mortais para famílias vítimas das ditaduras no Cone Sul (CITRONI, 2017; DÍAZ LIZE; FISCHER, 2022).

Além desses avanços, os consulados desempenham um papel fundamental no Mecanismo de Apoio Externo do México, facilitando a comunicação entre as famílias de migrantes desaparecidos e as autoridades dos países onde os corpos foram encontrados. As representações consulares funcionam como intermediárias, auxiliando na coleta de informações sobre os desaparecidos e na coordenação das repatriações, uma vez que as identificações são

---

<sup>2</sup> Em El Salvador, o Banco de Dados Forense (BDF) começou em 2010, formado pelo Ministério das Relações Exteriores, Comité de Familiares de Migrantes Desaparecidos de El Salvador (COFAMIDE), Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador (PDDH) e EAAF. Em Honduras, o Banco é composto por Comité de Familiares de Migrantes Desaparecidos de Honduras (COFAMIPRO), Foro Nacional para las Migraciones en Honduras (FONAMIH), Secretaría de Justicia y Derechos Humanos (SJDH), Secretaria de Relaciones Exteriores, Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos (CIPRODEH) e EAAF. Na Guatemala, o acordo foi feito entre a Procuradoria de Derechos Humanos (PDH), Mesa Nacional para las Migraciones en Guatemala (MENAMIG), Fundación para la Justicia y el Estado Democrático de Derecho (FJEDD) e EAAF, com colaboração do Ministério das Relações Exteriores, mas já foi extinto. No entanto, o EAAF continua colaborando na busca e identificação de migrantes incluídos no acordo interinstitucional de 2012.

feitas. Sendo assim, o apoio consular é essencial para superar barreiras burocráticas e legais que muitas vezes impedem que as famílias recebam os restos mortais de seus entes queridos, oferecendo assistência legal e logística. No entanto, como aponta Citroni (2017), a eficácia desses consulados depende de uma coordenação eficiente entre os países envolvidos, o que representa um desafio em muitos casos, dada a complexidade na atribuição de responsabilidades diante do desaparecimento transfronteiriço.

O mapa da Figura 3, criado pelo EAAF e publicado no seu relatório de atividades do Proyecto Frontera, atribui responsabilidades de maneira clara e estratégica. Ao centrar os desaparecimentos na autoridade territorializada, conecta diretamente os eventos trágicos às falhas institucionais de proteção em maneira ampla. No mapa, o uso do símbolo vermelho ressalta a centralidade das autoridades na resolução dos casos de mortes sem identificação. Ao fazer isso, o EAAF transforma a cartografia em uma ferramenta não só de visibilidade, mas também de responsabilização, onde o papel do Estado na proteção dos direitos humanos é questionado.

Além disso, o mapa da Figura 3 aborda um espectro mais amplo de casos de desaparecimento, incluindo os ocorridos nas rotas marítimas, o que o diferencia da abordagem do SJM-México, mas aproxima-o do estilo visual e narrativo da OIM. No entanto, o mapa do EAAF vai além da simples representação geográfica dos desaparecimentos. Ele torna-se dispositivos de factualização, como definidos por Díaz Lize e Fischer (2022), ao transformar as ausências em "fatos" através da coleta de dados biogenéticos, possibilitando a identificação dos corpos e a atribuição de significados às visualizações no mapa.

Isso difere significativamente das abordagens anteriores, como a do SJM-México, que se concentra nas trajetórias pessoais e narrativas familiares. Ao territorializar o desaparecimento, o mapa evidencia as discrepâncias entre o número de desaparecidos e aqueles efetivamente identificados, sublinhando os desafios persistentes na localização e identificação dos migrantes (ARAYA, 2021)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O relatório do Proyecto Frontera do EAAF, datado de junho de 2023, apresenta dados alarmantes sobre migrantes desaparecidos nas fronteiras da América Central e México. Foram registrados 2.123 casos de migrantes não localizados (MNL), dos quais apenas 296 identificações foram confirmadas. O relatório destaca os desafios enfrentados na localização e identificação de migrantes, incluindo barreiras institucionais, falta de recursos e a necessidade urgente de maior cooperação internacional para melhorar os processos forenses e o acompanhamento de casos.

**Figura 5: Mapa do EAAF de identificações por Bancos de dados forenses e outros mecanismos.**



Fonte: Relatório do EAAF, junho de 2023. Acesso em 06 de maio de 2024

Em contraste com os mapas do MMP da OIM, que muitas vezes relacionam os desaparecimentos às condições geográficas, o EAAF espacializa o desaparecimento também na violência estrutural e, utilizando dados biogenéticos, estabelece os primeiros fatos do desaparecimento sem a denúncia de um familiar, conferindo ao processo um caráter científico e objetivo (DÍAZ LIZE; FISCHER, 2022). Essas divergências tornam visível a limitação das respostas governamentais aos diferentes tipos de desaparecimento, incluindo aqueles das valas, onde corpos de migrantes são identificados coletivamente, e necessariamente tem o desaparecimento precedido pela morte.

É nesse contexto que surge uma narrativa alternativa sobre o desaparecimento de migrantes, construída por meio destes registros e corpos não identificados e a participação de ativismo das associações de familiares. Um discurso que evidencia as causas estruturais do fenômeno e seus impactos sociais profundos, como destaca Araya (2021), e transforma as associações de familiares em atores fundamentais no contexto transnacional da migração. Assim, o mapa do EAAF, resultado direto da articulação dessas demandas através do Proyecto Frontera, que desafia a invisibilidade dos desaparecimentos, oferecendo uma visão crítica e factualizada do fenômeno e pressionando por soluções que garantam a justiça e a reparação.

## 5. Governança dos Migrantes Desaparecidos

O desaparecimento de pessoas tem sido um tema central nas relações internacionais desde as primeiras iniciativas diplomáticas do século XIX para limitar os impactos das guerras, coincidindo com a criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Soldados frequentemente desapareciam, mortos ou hospitalizados, sem que suas famílias tivessem notícias. Durante a Segunda Guerra Mundial, o impacto do conflito levou a um grande esforço de busca por pessoas deslocadas e refugiadas, visando sua repatriação e reconstrução, o que contribuiu para a consolidação da Convenção Internacional sobre Refugiados na década de 1950 (EDKINS, 2016). Assim, são delineadas diferentes categorias de desaparecimentos, que nas limitações do contexto são colocados como consequência direta de outros tipos de violência, mas nunca reconhecida como a violência em si.

Edkins (2016) coloca que a política contemporânea não vê a “pessoa como tal”, tratando-a apenas como um objeto de governança, desprovido de posição política, voz ou conexão, e que essa objetificação torna-se evidente quando as pessoas desaparecem. São justamente essas pessoas que escapam das tentativas de categorização e controle, revelando a verdadeira complexidade do desaparecimento, enquanto o mapeamento de migrantes desaparecidos reflete sua submissão a categorização simplificada.

Os mapas que documentam o desaparecimento de migrantes desempenham um papel central na criação de narrativas que, ao mesmo tempo, moldam e delimitam as estruturas de governança em torno deste fenômeno. As cartografias desenvolvidas por organizações como a OIM, o SJM-México e o EAAF não apenas buscam dar visibilidade ao número crescente de mortes e desaparecimentos de migrantes, mas também influenciam as políticas públicas e internacionais. Entretanto, essas representações, ao se concentrar nos dados estatísticos e geográficos, muitas vezes falham em capturar a profundidade das questões envolvidas, como as múltiplas formas de violência e os direitos das vítimas e suas famílias.

As cartografias da OIM, como as analisadas por Elsa Gomis (2022) no contexto do Mediterrâneo, ajudaram a consolidar uma percepção midiática alarmista da chamada "crise migratória", particularmente em 2015, quando milhares de pessoas tentaram ingressar na Europa. Essa representação da migração como uma crise não considera a complexidade do fenômeno e a violência associada às políticas de controle de fronteiras, transformando as mortes em desaparecimentos sem responsabilizar diretamente os atores envolvidos nas políticas de contenção. Da mesma forma, os mapas do MMP-OIM limitam a análise ao desaparecimento durante o trânsito migratório, nas localidades de “crise”, desconsiderando as mortes e

desaparecimentos que ocorrem em contextos como centros de detenção, deportações e trabalho forçado (GARCIA BORJA; BLACK, 2021).

Essas cartografias refletem também a governança das migrações impulsionada pelo Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. O Objetivo 8 do Pacto busca salvar vidas e coordenar esforços internacionais para localizar migrantes desaparecidos (VAN LAMMEREN; VON KÖNIG, 2021). No entanto, os esforços para aplicar esse objetivo têm sido limitados, uma vez que as ações concretas frequentemente falham em abordar a violência estrutural que subjaz ao desaparecimento de migrantes. Na 76ª Assembleia Geral da ONU, o Secretário-Geral destacou que, apesar dos compromissos do Pacto, os progressos têm sido insuficientes, especialmente na América Central, onde migrantes desaparecem em grande escala sem resposta internacional coordenada:

*“It is concerning that the loss of migrant lives received relatively limited attention in the regional reviews. Indeed, since the adoption of the Compact, the commitment to saving lives and establishing coordinated international efforts on missing migrants has yet to be translated into meaningful action. The Proyecto Frontera along the Central American migration route is one initiative in which State authorities and civil society organizations cooperate to search and identify missing migrants. [...] A global community of practitioners has developed guidance documents to assist States and other stakeholders in the implementation of objective 8 of the Compact (Save lives and establish coordinated international efforts on missing migrants), including regarding the creation of transnational search mechanisms.”* (Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration Report of the Secretary-General A/76/642)

No âmbito das normas internacionais, o desaparecimento de migrantes pode ser interpretado à luz do Direito Internacional Humanitário (DIH), que há décadas trata da proteção de pessoas desaparecidas em zonas de conflito. O CICV, por exemplo, tem sido fundamental na formulação de normas que protegem migrantes em situações de vulnerabilidade (CITRONI, 2017). Tentativas de abordar a questão dos migrantes desaparecidos na América Central e no México, como indicam os esforços do EAAF no Proyecto Frontera, espelham as diretrizes do DIH e buscam ampliar o conceito de desaparecimento forçado a essas regiões de trânsito migratório (DUHAIME; THIBAUT, 2017). A recente inclusão dos migrantes desaparecidos no formato de Recomendações Gerais do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários da ONU (GTDFI) reflete esta importante expansão, uma vez que migrantes desaparecidos e seus familiares passaram a ser oficialmente reconhecidos como potenciais vítimas do desaparecimento forçado. O GTDFI destaca a importância de situar o desaparecimento no contexto das detenções de migrantes, ressaltando a necessidade de informar os familiares sobre as detenções e permitir que os migrantes se comuniquem com seus

entes queridos. Além disso, ressalta que políticas migratórias de "*push-backs*"<sup>4</sup>, deportações involuntárias e outras que levam à criminalização da migração aumentam os riscos de desaparecimento de migrantes, enfatizando a primazia do direito de "*non-refoulement*"<sup>5</sup>. Esses comentários gerais também destacam duas responsabilidades fundamentais aos Estados: as "obrigações de busca e investigação" e o "direito das vítimas".

Neste sentido, os mapas do SJM-México, que cartografam os desaparecimentos em todo o país e nas fronteiras com os Estados Unidos, trazem uma dimensão ética e baseada em direitos ao fenômeno. O PBPMD, por exemplo, não apenas contabiliza os desaparecidos, mas também envolve diretamente as famílias no processo de busca. Isso se alinha com as recomendações no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que enfatiza a participação ativa das famílias nos esforços de busca e denúncia de desaparecimentos (CIDH, 2013). Como apontam Pérez (2020) e Huerta (2013), a mobilização das famílias, especialmente em movimentos como a Caravana de Mães de Migrantes Desaparecidos, e participação pública internacional das associações de familiares em audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) desafia as narrativas oficiais dos Estados e contribui para a pressão por justiça e visibilidade internacional, não apenas mantendo viva a memória dos desaparecidos, mas também pressionando os governos a assumirem responsabilidades, resistindo às tentativas de invisibilização do fenômeno. Essas iniciativas, em colaboração com as instituições que consolidam os desaparecimentos em dispositivos de factualização (DÍAZ LIZE; FISCHER, 2022), têm sido cruciais para contestar as narrativas oficiais que negligenciam o desaparecimento de migrantes e para exigir uma resposta mais abrangente e humana das autoridades locais e internacionais.

Assim, diferentes tipos de desaparecimento cartografados pelos múltiplos atores, como a OIM, o SJM-México, e o EAAF, não apenas documentam as ausências de migrantes, mas também contribuem para a formação de uma governança que emerge através do tratamento do desaparecimento forçado e não-forçado de migrantes nas cartografias que se inter-relacionam e se sobrepõem, refletindo as visões e prioridades específicas de cada ator envolvido nos processos.

---

<sup>4</sup> Push-backs implicam uma variedade de medidas estatais destinadas a expulsar os refugiados e migrantes do seu território, ao mesmo tempo que obstruem o acesso aos quadros jurídicos aplicáveis e às garantias processuais.

<sup>5</sup> O princípio de non-refoulement estabelece que um Estado não pode expulsar, deportar ou devolver um solicitante de asilo ou refugiado para um país onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política. Este princípio, consagrado no artigo 33 da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, é um pilar do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, impondo obrigações tanto em tempos de paz quanto em situações de conflito.

Organizações internacionais, como a OIM, seguem uma abordagem focada em monitoramento estatístico e quantitativo dos desaparecimentos, buscando dar visibilidade ao fenômeno em escala global e reforçar as normativas internacionais, como o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Entretanto, reforça políticas globais de controle e regulação migratória, sem necessariamente refletir as complexidades políticas e sociais por trás dos desaparecimentos. Enquanto no âmbito local e transnacional, como nos exemplos do SJM-México e do EAAF, são produzidas cartografias que retratam o fenômeno com maior fidelidade às demandas das famílias por respostas, mobilizando até a conformação de estruturas de cooperação entre os Estados. Porém, são os coletivos de familiares, que desempenham o papel essencial de contestação das narrativas oficiais dos Estados e na pressão para que o desaparecimento de seus parentes seja reconhecido não apenas como uma questão humanitária, mas também política. Essas mobilizações são responsáveis por moldar o discurso e essa emergente governança sobre o desaparecimento de migrantes, frente a violência estrutural associada ao regime de fronteiras:

Novos desaparecimentos também estão sendo reconhecidos como um problema político graças à luta organizada de familiares. Os coletivos de familiares – que em Honduras, Nicarágua, Guatemala e El Salvador são chamados de comitês – também são espaços construídos principalmente por mulheres, irmãs, esposas, sobrinhas, filhas, mas principalmente mães, que utilizam os recursos simbólicos proporcionados por essa identidade para construir a presença de seus parentes ausentes, exigindo verdade, memória, justiça e reparações (Castillo, 2020, p. 79).

Ao reconhecer os desaparecimentos de migrantes como uma questão política, os mapas se tornam não apenas ferramentas de documentação, mas também de resistência. Ao mapear os desaparecimentos e dar visibilidade aos locais e trajetórias onde ocorrem, essas organizações desafiam as fronteiras políticas e os discursos estatais que frequentemente tratam os desaparecimentos como incidentes isolados e despolitizados. Esses mapas incorporam visões únicas dos desaparecimentos e das pessoas migrantes, incluindo seus direitos à memória, à identidade e à justiça, demandados pelas famílias. Portanto, se configura como um campo dinâmico e em construção, onde diferentes tipos de desaparecimentos e suas representações cartográficas moldam as políticas internacionais em torno da migração e dos direitos humanos.

## **6. Considerações finais**

Por meio deste trabalho, foi possível explorar de forma crítica as representações cartográficas e a maneira como elas conformam narrativas que moldam uma emergente governança sobre os migrantes desaparecidos na América Central e no México. A análise das

cartografias e das ações das três institucionalidades — OIM, SJM-México e EAAF — ofereceu uma compreensão mais profunda das relações entre esses e outros atores envolvidos na governança do desaparecimento de migrantes, alcançando, assim, o objetivo inicial desta pesquisa.

O desaparecimento de migrantes é um tema que, embora tenha recentemente ganhado destaque internacional, continua a enfrentar desafios significativos para seu reconhecimento e compreensão plena. Os obstáculos são evidentes tanto em termos de visibilidade quanto na construção normativa deste fenômeno. Apesar do surgimento de diversos dispositivos de factualização, como mapas e relatórios especializados, o desaparecimento de migrantes continua a desafiar a consolidação como um fenômeno específico devido à sua complexidade e às ambiguidades do próprio termo. Enquanto o termo sugere uma definição única, sua aplicação prática é permeada por múltiplas formas de enquadramento discursivo, refletindo as diversas agendas de atores internacionais, governamentais e da sociedade civil.

O método de análise crítica das cartografias e da interpretação das narrativas construídas pelos mapas revelou a existência de diferentes tipos de desaparecimento, que, embora ainda não categorizados de forma padronizada a nível internacional como o desaparecimento forçado, indicam a complexidade do fenômeno e possibilidade de aprofundamento no estudo. Considerando o potencial das cartografias que definem estes desaparecimentos em construir formas alternativas de representação e resistência, revelando narrativas em disputas em torno da liberdade de movimento e da visibilidade dos migrantes.

Cartografias que colocam pontos de partida na discussão do desaparecimento de migrantes em fóruns importantes, como no sistema ONU e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que tem sido fragmentada. O desaparecimento de migrantes é frequentemente caracterizado ora como uma emergência humanitária, ora como uma questão de justiça, revelando a dificuldade de politizar o fenômeno de forma consistente. A falta de uma delimitação conceitual clara permite que o problema seja moldado conforme conveniências políticas ou humanitárias, enfraquecendo a capacidade de uma abordagem unificada e eficaz.

Alguns dos mapas transformaram a morte em números de desaparecidos, enquanto outros conferiram identidade aos corpos e trataram o desaparecimento pelo que ele significa para as famílias, independentemente das circunstâncias do desaparecimento. É através dessas diferentes representações que começamos a compreender que há múltiplos tipos de desaparecimento e narrativas que se sobrepõem, evidenciando conflitos entre uma cartografia mais humana e outra mais centrada no controle migratório. Ao narrar o desaparecimento apenas

em termos de fatalidades, essas representações invisibilizam aqueles que ainda estão desaparecidos em vida — pessoas que podem estar em centros de detenção, hospitalizadas sem comunicação, ou ainda sem meios de contato com suas famílias. Para estes, não há registros oficiais ou mecanismos robustos de busca; restam apenas as memórias e demandas de seus familiares, que, coletivamente organizados, reivindicam respostas e ações. Em um contexto onde o discurso oficial muitas vezes nega ou omite esses desaparecidos, os familiares tornam-se os principais atores na luta contra o esquecimento e a impunidade.

Os mapas que adotam uma perspectiva mais humanizada, como aqueles desenvolvidos pelo SJM-México, conseguem incluir as diversas formas de desaparecimento, transnacionalizado, forçado ou não, e destacam o papel essencial das famílias no processo de denúncia, registro e busca. Essas famílias, ao se organizarem, como acontece nas Caravanas de Mães de Migrantes Desaparecidos, atraem atenção suficiente das autoridades, especialmente no México, criando um espaço de atuação para organizações como o EAAF. Assim, os Comitês de Familiares de Migrantes Desaparecidos desempenham um papel fundamental na formulação de novas formas de visibilização da ausência sistemática dos migrantes desaparecidos, que enfrentam a invisibilidade e omissão de estatísticas oficiais, já que apenas instituições da sociedade civil local e internacional detêm estes dados organizados suficientemente para conformar as cartografias.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que as cartografias utilizadas por instituições como a OIM, ao quantificarem os desaparecidos, frequentemente invisibilizam as condições estruturais que produzem esses desaparecimentos. Tais abordagens, ao não problematizarem a responsabilidade dos Estados, arriscam promover uma leitura tecnocrática e desumanizada da crise migratória. Em contraponto, o EAAF, com seu trabalho forense detalhado, busca restituir a dignidade dos migrantes desaparecidos e oferece respostas concretas às famílias que lutam por justiça.

No entanto, é necessário reconhecer as limitações da pesquisa e as lacunas na literatura acadêmica sobre o tema, especialmente em relação às cartografias migratórias fora do contexto europeu. A produção acadêmica sobre a cartografia das migrações deixa de lado a complexidade do cenário latino-americano, onde a violência nas fronteiras perpetua o desaparecimento de migrantes. É fundamental aprofundar os estudos com foco nas famílias e suas próprias cartografias, que continuam a ser uma ferramenta importante na luta por visibilidade e justiça.

Diante das promessas estabelecidas pelo Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, a governança emergente sobre os migrantes desaparecidos continua frágil,

especialmente no que diz respeito à responsabilização pelas políticas migratórias violentas. O que emerge é uma governança "de baixo", onde as vozes das famílias e das organizações regionais assumem o protagonismo. Como salienta Castillo (2022), expandir os estudos sobre os mecanismos de cooperação conformados em torno do desaparecimento de migrantes pode ajudar a compreender melhor os desafios que persistem na conformação desta governança.

Portanto, este trabalho destacou que, além de ampliar as investigações sobre a violência e os desaparecimentos nas fronteiras, é necessário avançar na compreensão dos mecanismos de cooperação e das políticas públicas voltadas para o desaparecimento de migrantes. Só assim será possível construir uma narrativa mais abrangente e eficaz, que considere as diferentes formas de desaparecimento e que promova uma governança inclusiva e participativa.

## Referências bibliográficas:

**ANIMAL POLÍTICO.** Rutas sin rastro: la desaparición de personas migrantes en México. 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/analisis/organizaciones/verdad-justicia-y-reparacion/rutas-sin-rastro-la-desaparicion-de-personas-migrantes-en-mexico>.

Acesso em: 06 mai. 2024

SALAZAR ARAYA, Sergio. Disappearance of Central American Migrants in Mexico: Discursive Formation and Value Forms on the Migratory Route. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, no. 112, July-December 2021, pp. 159-178. DOI: 10.32992/erlacs.10868. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48658264>.

Acesso em: 06 mai. 2024.

SALAZAR ARAYA, Sergio. Las caravanas migrantes como estrategias de movilidad. **Iberoforum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, vol. XIV, n. 27, jan./jun. 2019, pp. 111-144. ISSN: 2007-0675. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2110/211062829001/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

SALAZAR ARAYA, Sergio. Violence and Value in the Migratory Passage through Central America: The Cadereyta Massacre (2012) and the Struggle to Have the Bodies Returned. **Violence: An International Journal**, vol. 1, no. 2, 2020, pp. 221-241. DOI: 10.1177/2633002420970965. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2633002420970965>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**BANCO DE DATOS FORENSE DE MIGRANTES NO LOCALIZADOS DE EL SALVADOR.** Convenio de creación del Banco de Datos Forense de Migrantes No Localizados de El Salvador. Disponível em: [https://bancoforenseelsalvador.org/descargas/convenio\\_de\\_creacion\\_bdfmnl\\_el\\_salvador.pdf](https://bancoforenseelsalvador.org/descargas/convenio_de_creacion_bdfmnl_el_salvador.pdf).

Acesso em: 06 mai. 2024.

**BANCO DE DATOS FORENSE DE MIGRANTES NO LOCALIZADOS DE HONDURAS.** Convenio de creación del Banco de Datos Forense de Migrantes No Localizados de Honduras. Disponível em: [https://bancoforenehonduras.org/convenios/bdfmnl\\_honduras\\_convenio.pdf](https://bancoforenehonduras.org/convenios/bdfmnl_honduras_convenio.pdf). Acesso em: 06 mai. 2024.

BASUALDO, Lourdes; DOMENECH, Eduardo; PÉREZ, Evangelina. Territorios de la movilidad en disputa: cartografías críticas para el análisis de las migraciones y las fronteras en el espacio sudamericano. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 57, p. [páginas do artigo], set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005704>. Acesso em: 5 set. 2024.

CAMPOS-DELGADO, Amalia. Counter-mapping migration: irregular migrants' stories through cognitive mapping. **Mobilities**, v. 13, n. 4, p. 488-504, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17450101.2018.1436540>. Acesso em: 5 set. 2024.

CASTILLO, Gabriela Martínez. Desaparición de migrantes en tránsito por Centroamérica-México-Estados Unidos: Quiénes son, cómo y por qué son desaparecidos. In: PEDONE, Claudia; HINOJOSA, Alfonso (orgs.). Vidas en movimiento: migración en **América Latina**. CLACSO, 2022. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88chc.6>. Acesso em: 5 set. 2024.

CITRONI, G. The first attempts in Mexico and Central America to address the phenomenon of missing and disappeared migrants. **International Review of the Red Cross**, v. 99, n. 905, 2017.

**COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH).** CIDH manifiesta preocupación por el secuestro de migrantes en México. 2010. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Comunicados/Spanish/2010/86-10sp.htm>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.** Direitos humanos de los migrantes y otras personas en el contexto de la movilidad humana en México. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 48/13, 30 de diciembre 2013. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2014/9633.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2024.

DÍAZ LIZE, Paola; FISCHER, Anna Rahel. Muerte y desaparición en los pasos fronterizos: dispositivos de factualización y relatos de verdad. Tapuya: **Latin American Science, Technology and Society**, [S.l.], publicado online em 31 out. 2022. DOI: 10.1080/25729861.2022.2111106. Acesso em: 06 mai. 2024.

DISTRETTI, Emilio. “Enforced Disappearances and Border Deaths Along the Migrant Trail.” *Border Deaths: Causes, Dynamics and Consequences of Migration-Related Mortality*, edited by Paolo Cuttitta and Tamara Last, **Amsterdam University Press**, 2020, pp. 117–30. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctvt1sgz6.11>. 5 set. 2024.

DUHAIME, Bernard; THIBAUT, Andréanne. Protección de los migrantes contra la desaparición forzada: una perspectiva basada en los derechos humanos. **International Review of the Red Cross**, N.º 905, agosto 2017. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/sites/default/files/905-duhaime.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

**EQUIPO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA FORENSE (EAAF).** Proyecto Frontera. Atualizado em mar. 2023. Disponível em: [https://eaaf.org/wp-content/uploads/2023/07/Estadisticas\\_Proyecto-Frontera\\_Generales\\_30jun2023.pdf](https://eaaf.org/wp-content/uploads/2023/07/Estadisticas_Proyecto-Frontera_Generales_30jun2023.pdf). Acesso em: 06 mai. 2024.

**FUNDACIÓN PARA LA JUSTICIA Y EL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DERECHO.** Migrantes no localizados y restos no identificados en México. 2013. Disponível em: <https://www.fundacionjusticia.org/wp-content/uploads/2013/06/ANEXO-17-INFORME-CIDH-Migrantes-no-localizados-y-restos-no-identificados-en-México.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2024.

GARCIA BORJA, Andrea; BLACK, Julia. Measuring migrant deaths and disappearances. In: **Forced Migration Review**, FMR issue 66, Mental health and psychosocial support, March 2021. Acesso em: 5 set. 2024.

GATTI, Gabriel; IRAZUZTA, Ignacio; MARTÍNEZ, María. La desaparición forzada de personas: circulación transnacional y usos sociales de una categoría de los derechos humanos. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 9, n. 2, 2019. ISSN 2079-5971. DOI: 10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1018. Acesso em: 5 set. 2024.

GERARDO PÉREZ, Sandra Odeth. Enfrentar la gubernamentalidad migratoria: las Caravanas del éxodo desde la mirada de familiares de hondureños desaparecidos en la ruta migratoria. **EntreDiversidades. Revista de ciencias sociales y humanidades**, San Cristóbal de Las Casas, vol. 7, no. 1, jan./jun. 2020. ISSN 2007-7610. DOI: 10.31644/ed.v7.n1.2020.a05. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2007-76102020000100130](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-76102020000100130). Acesso em: 06 mai. 2024.

GOMIS, Elsa C. Cartographies of migration and mobility as levers of deferral policies. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, vol.

28, n. 1, p. 52-69, 2022. DOI: 10.1177/13548565221079788. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/home/con>. Acesso em: 06 mai. 2024.

HOUTUM, Henk van; BUENO LACY, Rodrigo. The migration map trap. On the invasion arrows in the cartography of migration. **Mobilities**, v. 15, n. 2, p. 196-219, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17450101.2019.1676031>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**INTERNATIONAL COMMISSION ON MISSING PERSONS (ICMP)**. Inter-Agency Working Group on Missing Persons: Report. The Hague, 2016. Disponível em: <https://www.icmp.int/wp-content/uploads/2017/11/Inter-Agency-Report-The-Hague-9-Dec-2016.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**LA LISTA**. México vigila la caravana de madres centroamericanas que buscan a sus hijos desaparecidos. 6 maio 2022. Disponível em: <https://la-lista.com/mexico/2022/05/06/mexico-vigila-la-caravana-de-madres-centroamericanas-que-buscan-a-sus-hijos-desaparecidos>. Acesso em: 06 mai. 2024.

MARTÍNEZ CASTILLO, Gabriela. Desaparición de migrantes en tránsito por Centroamérica-México-Estados Unidos.: Quiénes son, cómo y por qué son desaparecidos. In: **VIDAS EN MOVIMIENTO: Migración en América Latina**, 2022, pp. 135-190. Contribution from CLACSO. DOI: 10.2307/j.ctv2v88chc.6. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88chc.6>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**MIGRATION DATA PORTAL**. Global Migration Indicators 2022: The GCM Objectives - A Statistical Review (Volume VIII). Feb. 2024. Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org/sites/g/files/tmzbd1251/files/2024-02/MGI-GCM-08.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

**NAÇÕES UNIDAS**. Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration: Report of the Secretary-General. New York: United Nations, A/76/642, 27 Dec. 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-compact-safe-orderly-and-regular-migration-report-secretary-general-a76642>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)**. Fronteira EUA-México: a rota terrestre de migração mais mortal do mundo. 12 set. 2023. Disponível em: <https://www.iom.int/news/us-mexico-border-worlds-deadliest-migration-land-route>. Acesso em: 5 set. 2024.

PÁEZ MEZA, S. M.; PATIÑO IDÁRRAGA, S. E.; MALDONADO ESTÉVEZ, E. A. Las fronteras como dispositivos de desaparición: Una mirada a las desapariciones forzadas transfronterizas entre Colombia y Venezuela. **Migraciones Internacionales**, v. 14, art. 05, 2023. e-ISSN 2594-0279. Disponível em: <https://doi.org/10.33679/rmi.v1i1.2585>. Acesso em: 5 set. 2024..

PALLISTER-WILKINS, Polly. Walking, Not Flowing: The Migrant Caravan and the Geoinfrastructuring of Unequal Mobility. **Society and Space Magazine**, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.societyandspace.org/articles/walking-not-flowing-the-migrant-caravan-and-the-geoinfrastructuring-of-unequal-mobility>. Acesso em: 05 set. 2024.

PRIETO DÍAZ, Sergio. Mapeos Migrantes: Cartografías de la subalternidad migratoria. In: RODRÍGUEZ OROZCO, Arlet (coord.). **La invención de las fronteras: Ciencia y Arte. Exploraciones Transdisciplinares**. 1. ed. Morelia: Ediciones CENIT– Casa de Estudios Amaité, 2023, p. 277-305. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/370098859>. Acesso em: 06 mai. 2024.

ROBINS, Simon. The Affective Border: Missing Migrants and the Governance of Migrant Bodies at the EU's Southern Frontier. **Journal of Refugee Studies**, v. 35, n. 2, p. 948–967, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/35/2/948/5289595>. Acesso em: 2 mar. 2024.

**SERVICIO JESUITA A MIGRANTES MÉXICO (SJM-México)**. Informe sobre desaparición de personas migrantes en México. Ciudad de México, Abril 2022. Disponível em: [https://www.resumenlatinoamericano.org/wp-content/uploads/2022/05/InformeDesaparicionMigrantes\\_SJMMexico\\_2022.pdf](https://www.resumenlatinoamericano.org/wp-content/uploads/2022/05/InformeDesaparicionMigrantes_SJMMexico_2022.pdf). Acesso em: 06 mai. 2024.

**UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR)**. Committee on Enforced Disappearances: Concluding observations on the report submitted by Honduras. 2018. Disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CED%2FC%2FHND%2FCO%2F1&Lang=em](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CED%2FC%2FHND%2FCO%2F1&Lang=em). Acesso em: 06 mai. 2024.

**UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR)**. General Comment No. 1: Enforced disappearances in the context of migration. 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/treaty-bodies/ced/general-comment-no-1-enforced-disappearances-context-migration>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR)**. Committee on Enforced Disappearances: Consideration of reports submitted by States parties under article 29. 2023. Disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CED%2FC%2FHND%2FOAI%2F1&Lang=em](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CED%2FC%2FHND%2FOAI%2F1&Lang=em). Acesso em: 06 mai. 2024.

**UNITED NATIONS**. General Assembly: Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions. 2018. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n18/452/03/pdf/n1845203.pdf?token=xdc4kjevFOLYG97yrXl&fe=true>. Acesso em: 06 mai. 2024.

VAN LAMMEREN, Sylvie; VON KÖNIG, Florian. Missing migrants and their families: a call for greater international cooperation. In: **Forced Migration Review**, FMR issue 66, Mental health and psychosocial support, March 2021. Acesso em: 5 set. 2024.

VARELA HUERTA, Amarela. Luchas migrantes en contextos de tránsito migratorio, el caso del Movimiento Migrante Centroamericano. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. XXIV, n. 48, p. 31-44, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/D7qfL6QKYHz44TCcgcMySBx/?format=pdf>. Acesso em: 06 mai. 2024.

VARELA HUERTA, Amarela; MCLEAN, Lisa. Caravanas de migrantes en México: nueva forma de autodefensa y transmigración. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 122, p. 163-185, 2019. DOI: [10.24241/rcai.2019.122.2.163](https://doi.org/10.24241/rcai.2019.122.2.163).